

# Negros pedem mudanças na lei do racismo

■ Movimento defende as alterações para evitar diferença no tratamento de crimes

FABRÍCIO MARQUES

SÃO PAULO — Reza a legislação brasileira que o crime de racismo é inafiançável e imprescritível. Embora a lei pareça avançada, os movimentos que defendem os direitos dos negros estão convencidos de que tal conquista não tem grande serventia e se dispõem até a abrir mão dela, em nome de um aperfeiçoamento da lei que pune o preconceito de raça. "Não sou eu quem vai propor isso, mas há um exagero em colocar o racismo como crime inafiançável", disse o antropólogo João Batista de Jesus Félix, da Universidade de São Paulo, militante do movimento negro, num debate sobre a questão racial realizado mês passado no Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação de Ciências Sociais.

A advogada Sônia Nascimento concorda com Félix. Responsável por um serviço que recebe denúncias de racismo numa ONG da questão negra, chamada Geledés, Sônia vê uma incoerência em classificar o crime de racismo como imprescritível, quando um assassinato prescreve em 20 anos. "O racismo é um crime gravíssimo, mas não é mais grave do que um crime de morte", pondera a advogada, que sugere tratamento equivalente para os dois tipos de crime.

**Injúrias** — O raciocínio dos militantes é que de nada adianta a lei ter intenções severas se, na prática, funciona mal até para as manifestações mais elementares de racismo. Na Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo, a primeira do gênero no Brasil, criada em 1993, 95% das queixas correspondem a crimes de injúria, aqueles conhecidos xingamentos com conotação

racial. "Este tipo de crime não é contemplado pela lei. Nós abrimos inquérito para apurar a ofensa, mas, segundo a lei, isso é injúria, não racismo", diz Márcio Campos Baldi, titular da delegacia. A lei 7716, conhecida como lei Caó, (homenagem a seu autor, o ex-deputado fluminense Carlos Alberto de Oliveira) prevê penalidades para todo tipo de restrição ao direito dos negros, mas não fala nada das ofensas. Um projeto de lei da senadora Benedita da Silva (PT-SP) tenta resolver a questão: propõe pena maior para o crime de injúria, se tiver conotação racial. Os ativistas negros apoiam este projeto.

**Dificuldades** — Mesmo em casos em que o racismo é evidente, dificilmente há punição. O delegado Márcio Baldi, que abriu 43 inquéritos ao longo deste ano, não tem notícia de nenhuma condenação em sua jurisdição. "É muito difícil provar o crime de racismo", diz o delegado. "Tivemos casos de negros barrados em casas noturnas, clubes, ou impedidos de subir em elevadores sociais, mas os acusados se defendem dizendo que o motivo não teve a ver com a cor. Fica a palavra de um contra a de outro", conta Baldi, que, apesar das dificuldades, crê na relevância de seu trabalho. "Participamos de debates, damos entrevistas, e isso chama a atenção para o assunto. A delegacia acaba tendo uma função educativa", diz, didaticamente.

A lei Caó funciona mal mas, em sua defesa, deve-se ponderar que é mais aplicável que sua antecessora. Em 41 anos de existência, a lei Afonso Arinos punia o racismo como contravenção, mas não foi usada uma vez sequer.



Benedita Pires da Silva, a tia Dita, de 115 anos, só se interessou por Zumbi ao ouvir o nome do herói do Quilombo dos Palmares na televisão

## Quem é Zumbi, pergunta Tia Dita

JOSÉ MARIA MAYRINK

SALTO DE PIRAPORA, SP — Filha e neta de escravos, a mulher mais velha do Cafundó, uma área remanescente de quilombo no município de Salto do Pirapora, a 130 quilômetros de São Paulo, não sabe quem foi o herói de Palmares. "Zumbi? Não sei quem é esse Zumbi", surpreendeu-se Benedita Pires Pedrosa, a Tia Dita, virando-se para o sobrinho Juvenil Norberto Rosa, que também não tinha informações mais precisas, mas conseguiu explicar a ela o que entendeu pelo noticiário da televisão. "Zumbi foi um negro que protegeu outros negros", resumiu ele.

"Imagine, nunca ouvi falar, só

hoje é que tô ouvindo", insistiu Tia Dita, tentando buscar na memória algum registro do que lhe contaram os antepassados. Aos 112 anos de idade — ou 115, como calculam os parentes — ela revive cenas dos tempos da escravidão, mas não se lembra de histórias de resistência e luta de escravos rebeldes. "Os pretos que fugiam eram *matados* e, quando não morriam, eram amarrados em troncos e na roda d'água", recordou Tia Dita, curvando-se de costas, junto à mesa da cozinha, para descrever um dos castigos que mais traumatizaram sua infância.

**Mandela** — Maria Aparecida Rosa de Aguiar, a Cida, líder das 17 famílias que vivem isoladas no

Cafundó, também nunca tinha ouvido falar em Zumbi até algumas semanas atrás, quando representantes de um movimento negro lhe pediram para comemorar o tricentenário na comunidade. "Não sei se pode, a gente tem de meditar primeiro *pra* não se arrepende depois", esquivou-se ela, sem mais compromisso. Semi-analfabeta, só então tratou de se informar. "Pelo que vi na televisão, Zumbi era como se fosse aquele senhor da África que livrou o seu povo", concluiu Cida, referindo-se à luta de Nelson Mandela, na África do Sul.

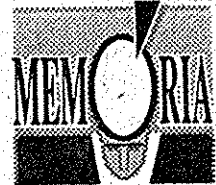
Na semana em que o país lembra os 300 anos da queda do Quilombo dos Palmares, os negros do

Cafundó estão mais preocupados em defender seu pedaço de terra. O juiz da 1ª Vara Cível de Sorocaba, José Carlos Cabriotti Filho, marcou para as 15h da próxima sexta-feira a audiência de conciliação na ação de usucapião que vai definir o futuro da comunidade. Tia Dita e dois sobrinhos foram intimados para comparecer ao fórum, para tentar um acordo com a família Landulpho, que reivindica a posse da área.

Os negros do Cafundó ocupam atualmente apenas 18 de um total de 90 hectares que seus avós receberam em doação dos antigos senhores em 1866, com a condição de continuarem cultivando as roças.

## Um exemplo de luta

UNIÃO DOS PALMARES — O Quilombo dos Palmares começou como um ajuntamento de escravos que fugiam dos engenhos de cana do litoral e tornou-se um estado livre que resistiu por quase 100 anos aos exércitos coloniais de Portugal e da Holanda, país que havia ocupado parte do Nordeste. O território sob sua influência chegou a ter 27 mil quilômetros quadrados (área maior do que Sergipe), nas imediações do maciço da Borborema. Em seu auge, abrigou entre 20 e 30 mil habitantes, incluindo índios e brancos pobres, espalhados por oito aldeias ou "mocambos": Acotirene, Zumbi, Tabocas, Dambabanga, Amaro, Andaquituche, Osenga e Aqualtune, todas subordinadas à Cerca Real dos Macacos, a capital, que ficava na Serra da Barriga.



Na época, a região pertencia à capitania de Pernambuco e foi do Recife que saiu a maior parte das 19 expedições destinadas a destruir Palmares. O quilombo resistiu por quase um século graças a dois grandes fatores: o isolamento proporcionado pelas serras e o fato de que Portugal precisou concentrar forças no combate aos invasores holandeses em Pernambuco. Durante esse período, o estado negro teve dois grandes chefes, Ganga-Zumba e seu sobrinho Zumbi, que até os 15 anos fora criado por um padre, com quem aprendeu português e latim.

A capital de Palmares, Macacos, acabou dizimada em 1694, mas seu último líder, Zumbi, só foi capturado e morto no dia 20 de novembro de 1695, na serra dos Dois Irmãos. Durante o tempo em que ficou livre da escravidão, a população de Palmares retomou costumes, crenças e a organização social e política existentes na África. Os quilombolas tinham uma produção agrícola diversificada (que se opunha à monocultura da cana), baseada no trabalho livre e na distribuição comunitária — prejudicada somente nos períodos de cerco das forças coloniais. Como a maior parte da população era formada por homens, admitia-se a poliandria (casamento de uma mulher com vários homens) — exceto para os chefes, que podiam ter várias mulheres.

des fatores: o isolamento proporcionado pelas serras e o fato de que Portugal precisou concentrar forças no combate aos invasores holandeses em Pernambuco. Durante esse período, o estado negro teve dois grandes chefes, Ganga-Zumba e seu sobrinho Zumbi, que até os 15 anos fora criado por um padre, com quem aprendeu português e latim.

A capital de Palmares, Macacos, acabou dizimada em 1694, mas seu último líder, Zumbi, só foi capturado e morto no dia 20 de novembro de 1695, na serra dos Dois Irmãos. Durante o tempo em que ficou livre da escravidão, a população de Palmares retomou costumes, crenças e a organização social e política existentes na África. Os quilombolas tinham uma produção agrícola diversificada (que se opunha à monocultura da cana), baseada no trabalho livre e na distribuição comunitária — prejudicada somente nos períodos de cerco das forças coloniais. Como a maior parte da população era formada por homens, admitia-se a poliandria (casamento de uma mulher com vários homens) — exceto para os chefes, que podiam ter várias mulheres.



Peregrinos saíram de Recife para participarem, amanhã, em União dos Palmares, das homenagens pelos 300 anos da morte do herói negro

## FH vai ao local da morte do herói

■ Na homenagem oficial, memorial, selo e moeda

UNIÃO DOS PALMARES, AL — O chefe guerreiro Zumbi dos Palmares foi morto há 300 anos pelas tropas coloniais e só agora terá reparação oficial: amanhã, Dia Nacional da Consciência Negra, o presidente Fernando Henrique Cardoso vai à Serra da Barriga, região onde ficava a capital da República dos Palmares, para apoiar a criação do Memorial Zumbi e lançar selo e moeda em homenagem ao herói. Mas embora o poder demore tanto a reconhecer o maior líder negro da História do Brasil, Zumbi é a maior promessa de redenção para União dos Palmares.

A cidade de 55 mil habitantes, encravada nas serras de Alagoas, ignora a história de Zumbi, mas já descobriu que seu nome e o símbolo que ele representa podem lhe dar prestígio e atrair milhares de visitantes por ano.

O município ainda é dominado

pelas oligarquias canavieiras contra as quais Zumbi se insurgiu, no século 17, mas aos poucos os moradores recorrem ao herói negro para mudar sua economia: restaurantes, bares, lojas e pequenas manufaturas apelam a Zumbi ou a algum nome a ele associado para conquistar fregueses. Pela primeira vez em sua história, União dos Palmares abriga uma feira de negócios onde Zumbi é o mote principal, em forma de camisetas, quadros, estatuetas, roupas e maquiagem em estilo afro, tapeçarias e todas as formas de artesanato. Amanhã a cidade espera receber 10 mil visitantes, incluindo delegações estrangeiras, para celebrar o Dia da Consciência Negra — boa injeção de recursos e ânimo num município que há seis meses não paga a seus 3 mil servidores.

**Museu** — O interesse de União dos Palmares por Zumbi começou há 10 anos, quando a prefeitura e setores do Movimento Negro conseguiram o tombamento da Serra da Barriga. O estado de Alagoas ergueu uma pequena construção a um quilômetro do alto da serra, para abrigar

um museu dos quilombos, mas a única peça que pôs lá dentro até hoje foi a placa de inauguração, com o nome do governador Geraldo Bulhões. A próxima iniciativa será amanhã, quando o aeroporto do Campo dos Palmares, a 30 quilômetros de Maceió, passa a se chamar Aeroporto Zumbi dos Palmares.

A história do Quilombo dos Palmares sequer é destacada no currículo escolar do estado, como reconhece o secretário municipal de Cultura e Turismo, Paulo Sarmento. Em União dos Palmares, na semana de Zumbi, há estudantes que ainda creem que o líder negro "ajudou o marechal Deodoro da Fonseca a proclamar a República".

Um grupo de jovens iniciou, há 15 dias, uma caminhada do Recife a União dos Palmares, para homenagear o líder negro. A romaria já percorreu quase 600 quilômetros, celebrando missas em lugares pobres de Pernambuco e Alagoas, e termina amanhã em União dos Palmares.

Fundada em 1831 (136 anos após a destruição dos quilombos)

ao pé da Serra da Barriga, União dos Palmares tem população essencialmente branca. Menos de 3% de seus habitantes são negros e a maioria vive espalhada pelos engenhos de cana da região.

**Curiosidade** — Na periferia da cidade-sede do município, somente no bairro rural do Muquém a maioria dos moradores é negra ou mulata. São cerca de 600 pessoas, descendentes de três famílias (Casimiro, Pereira e Silva) que se instalaram no local no início do século. Os moradores do Muquém são alvo da permanente curiosidade de visitantes. Mesmo vivendo em condições piores que a média dos moradores de União dos Palmares, eles mantêm uma postura ativa e desconfiada. Uma das líderes da comunidade é Marinalva Pereira da Silva, artesã do barro. A prefeitura convidou-a para mostrar suas panelas na feira de negócios do município e participar da festa do tricentenário de Zumbi. Ela só aceitou parte do convite:

"Vender minhas panelas eu vendo, mas não vou subir a serra. Aquilo é festa para branco ver", diz ela.